

além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Alcioneides Ferreira de Souza, Eronides da Silva Santos, Orlley Pereira da Silva, Geraldo Farias Nunes, Silveira dos Santos Siqueira Silva e Vergílio Correia de Souza. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta em nome de Deus, a presente reunião. Não havendo Ata confeccionada para ser lida, o Senhor Presidente transportou os trabalhos a "Ordem do Dia". Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Aprovado o parecer conjunto das Comissões de Justiça, Finanças, Orçamento e Redação Final nos seguintes Projetos: Projeto de lei nº 90/86 contendo Mensagem Executiva nº 12/86 e Projeto de lei nº 91/86 contendo Mensagem Executiva nº 13/86. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de Deus. E para constar mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plena, aprovada, seja arquivada para que produza seus efeitos legais.

Cariluz cordul. Hoay

Ata da Senta Reunião Extraordinária do ano de mil novecentos e oitenta e sete, realizada no dia vinte e três de janeiro do ano em curso.

As dezesseis horas do dia vinte e três de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, sob a Presidência do Vereador Aury Silva da Rocha e com a ocupação da primeira e segunda secretarias pelos Vereadores Austaco Acúli de Oliveira e Mauro José de Aguiar, reuniu-se a Câmara Municipal de Palo Alto Extraordinariamente e além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aury Pereira de Figueiredo, Alcioneides Ferreira de Souza, Gostinho Carlos de Carvalho Brindade, Ana Lídia Mathias dos Santos Correia, Din-

Luiz Pereira da Silva, Eronides da Silva Santos, Gualdim Tarias Né-
 ves, Silva dos Santos Siqueira Silva, Virgínia Louisa de Souza e
 Walter de Bessa Teixeira. Havendo número regimental, o Senhor Pre-
 sidente franqueou a palavra aos Vereadores inscritos no livro de ora-
 dores, declarando assim aberta a presente reunião em nome de
 Deus. Fez uso da palavra como primeiro orador inscrito no livro,
 o Vereador Alcmeides Ferreira de Souza iniciando sua fala, lamen-
 tou a ocorrência de comentários maldosos, segundo os quais a Câmara
 não estaria disposta a apreciar e aprovar Mensagem do Senhor Prefe-
 to disposta sobre reajuste dos salários de funcionalismo público Municipal,
 dizendo ainda não saber qual a origem de tais boatos, enfatizando que a
 Câmara estava sempre ao lado da laboriosa classe. Prosseguindo, disse
 que não enviara documento ao Senhor Prefeito solicitando novo aumento
 para o quadro funcional da Prefeitura, a partir de março do ano
 em curso, por ser de direito e de justiça. Disse também, que por ser
 funcionário da Prefeitura jamais poderia se posicionar contra seus
 colegas e que era obreiro. Encerrou sua fala prestando toda sua solida-
 riedade ao funcionalismo da Prefeitura, colocando-se a disposição da
 Associação dos Servidores Públicos Municipais, cuja diretoria estava presen-
 te no auditório da Casa, juntamente com inúmeros funcionários da
 Municipalidade. Logo após ocupou a tribuna o Vereador Walter de
Bessa Teixeira iniciando sua fala, lembrou que durante a sua
 campanha política, para a Assembleia Legislativa do Estado, ja sen-
 tia uma certa dificuldade no contato com o funcionalismo do Mu-
 nicipio, e ainda, que angustiado ouvira do Prefeito a impossibili-
 dade do reajuste ser concedido naquela oportunidade, afirmando
 ainda ter certeza de que fora incompreendido pela classe, até por
 parte de alguns políticos. Prosseguindo disse que apesar dos fatos não
 tinha mágoas do funcionalismo, e que naquela data com a maior
 alegria estava pronto para apreciar e votar Mensagem do Prefeito dis-
 pondo sobre o reajuste dos funcionários, na ordem de cinquenta por cento.
 Rebateu a seguir boatos dando conta de que alguns Vereadores não es-
 tavam dispostos a comparecer a aquela reunião, frisando que em tempo
 algum a Câmara se fustara a apreciar Mensagem oriundas do Execu-
 tivo, somente no período do recurso, e ainda, que todos os Vereadores sabiam

honorar e dignificar as mais elevadas tradições da Casa de Reis do Município, que acima de tudo não poderia ser encoberta por boatos maldosos, cujo objetivo maior era a cizânia. Prossequindo, disse que aplaudia a iniciativa do Prefeito ao conceder o reajuste salarial, em circunstâncias das mais difíceis da economia nacional, colocando em primeiro plano o ser humano, o trabalhador e o bem estar de suas famílias. Registrou o bom entendimento entre a Câmara e o Prefeito, dando como prova cabal, a presença de todos os Vereadores naquela reunião, com exceção dos Vereadores Octávio Paga Gabaglia e Onias Poideiro, que estavam ausentes do Município por motivos imperiosos. Exerciu manifestando todo seu apoio ao funcionalismo público do Município e o seu voto favorável a aprovação da Mensagem específica. Em seguida ocupou a tribuna o Vereador Virgílio Poeta de Souza iniciando sua fala protestando com veemência sobre o que classificava como uma verdadeira "central de boatos e difamações" tentando denegrir a Câmara Municipal e criar árias de atrito com o funcionalismo, afirmando que jamais a Casa de Reis tomava posições incoerentes e radicais, principalmente quando dizia respeito ao bem estar e tranquilidade da família do servidor da Municipalidade. Dirigindo-se a Presidência disse ser necessário a conjugação de esforços que possibilitassem a identificação dos responsáveis "pela central de boatos" e que tais incoerentes fossem banidos e punidos exemplarmente. Manifestou sua confiança no Prefeito Municipal que com toda certeza a médio prazo iria praticar a verdadeira justiça salarial para com o funcionalismo, e encerrando disse que era favorável a aprovação da Mensagem do Senhor Prefeito concedendo cinquenta por cento de reajuste ao funcionalismo. Logo após ocupou a tribuna o Vereador Antônio Carlos de Parvalho Brindade lembrou ao iniciar sua fala, que durante entrevista concedida a Rádio Cabo Frio em mil novecentos e oitenta e seis, o Senhor Prefeito afirmava que a partir de mil novecentos e oitenta e sete o funcionários da Prefeitura teria orgulho em prestar serviços a Municipalidade, pois os salários seriam justos e compatíveis com o custo de vida e necessidades comuns de qualquer cidadão e suas famílias. Abordando a Mensagem do Senhor Prefeito propondo reajuste de cinquenta por cento ao funcionalismo, disse que na realidade o reajuste era de onze e cinco por cento,

visto que a base para o cálculo feito pela Prefeitura, considerava um
 um salário de oitocentos e quatorze cruzados (Cz\$ 804,00), quando por
 força de lei Federal, o salário alcançava novecentos e sessenta e quatro
 cruzados e oitenta centavos (Cz\$ 964,80), ou seja, o novo salário mi-
 nimo exigido em todo o território nacional. Argumentou que o Se-
 nhor Prefeito ao afirmar com o cálculo para reajuste não estivesse
 por evidência, sendo sim para com a laboriosa classe do funcio-
 nalismo Municipal. Disse também que mais uma vez o Senhor
 Prefeito usava como argumento para não pagar as suas dívidas
 a emancipação do Aracá do Cabo, fato inserido em sua Mensagem, in-
 dagando sobre até quando a emancipação do Aracá do Cabo serviria co-
 mo desculpas para o Prefeito se omitir quanto aos seus compromissos,
 lembrando que a emancipação não impediria o Prefeito de continuar
 investindo no futebol profissional e em obras de vulto no Estádio
 "Nenêzinho Carrico", o que era profundamente lamentável, e ainda,
 motivo de tristeza para os funcionários. Disse também que ao contrair
 empréstimo na Caixa Econômica no valor de trinta e oito milhões
 de cruzados, com carência de três anos, e que portanto seria pago pelo
 Prefeito eleito em 1988, ou seja, em novembro de 1988, era de se per-
 guntar o que seria feito com a arrecadação do Município, qual seria
 sua real aplicação, qual o destino de c t e que t e tr milhões
 de cruzados (Cz\$ 143.000.000,00), e ainda qual a condição moral do prefe-
 to de não ter permitido dar um salário justo ao funcionalismo. Adiante,
 disse que deixara registrado seu voto favorável ao aumento proposto
 pelo Prefeito, e, também o seu protesto contra a falta do Prefeito Muni-
 cipal. Quanto ao ofício remetido a Associação dos Servidores Públicos
 Municipais, comunicando que por falta de "quorum", afirmou que mesmo tendo
 a assinatura do Chefe de Gabinete, na realidade o texto fora ditado pelo
 Senhor Prefeito, tentando incompatibilizar a Câmara com os funcionários,
 afirmando que nenhum vereador em boa consciência poderia votar con-
 tra o aumento dos salários do funcionalismo. Encerrou sua fala pro-
 tando todo o seu apoio ao funcionalismo público, augurando que em
 curto prazo fosse realmente corrigida a injustiça salarial do servidor

da Prefeitura de Cabo Frio. Em seguida ocupou a tribuna o Vereador Durley Pereira da Silva iniciando sua fala, disse que não precisaria justificar sua posição quanto a Mensagem do Executivo propondo reajuste salarial para o funcionalismo, visto, no ano de mil novecentos e oitenta e seis ter enviado expediente ao Prefeito solicitando um salário justo para comunidade de funcionários do Município. Prossequindo apresentou comentários críticos dirigidos a política econômica deflagrada pelo Governo Federal, com ênfase para o Plano Cruzado e seus desdobramentos, e os visíveis prejuízos sofridos pela classe trabalhadora, afirmando que após a vitória do PMDB, as medidas foram retiradas, com o Presidente Sarney assumindo a postura de ditador. Ainda abordando o reajuste de cinquenta por cento dado ao funcionalismo disse que na verdade ao mesmo atingia cerca de vinte e cinco por cento, o que lamentava, mas que mesmo assim, a Casa não podia se furtar a apuciar tão importante matéria. Quanto ao ofício endereçado a ASPM e assumido pelo Chefe de Gabinete, informando que a matéria teve alguma dificuldade para ser votada, face a possível falta de "quorum", segundo palavras do chefe de Gabinete do Senhor Prefeito, disse o orador que tal ofício encobria manobra do próprio Executivo para desmoralizar a Câmara e colocar os Vereadores contra o funcionalismo, e que na realidade o Prefeito não queria a Mensagem aprovada. Criticou a administração municipal, afirmando que havia incompetência na gestão do dinheiro público, mas existindo para o Senhor Prefeito prioridades definidas, muito menos o salário do funcionalismo, e que paralelo a tais atitudes o futebol profissional da cabofriense era assunto dos mais relevantes para o Senhor Prefeito, o que era lamentável. Finalizou sua fala dizendo que o funcionalismo municipal tinha que continuar mobilizado e unido na luta em busca de salários mais justos. Logo após ocupou a tribuna o Vereador Arus Serra de Figueiredo iniciando sua fala, dedicou algum tempo em críticas ao jornal "O Cabofriense" por ter o mesmo formulado críticas a Câmara Municipal, em desrespeito flagrante aos letões do corpo edilício da Casa de leis do Município, e ainda, que não tinha medo de fazer críticas contra alguns jornais, pois

tinha a certeza do dever cumprido para com a comunidade. Pre-
 seguindo, ante os momentos vividos pelo funcionalismo municipal,
 por possível falta de "quorum" para votação da mensagem
 de aumento, eu ali mesmo por Vereadores que também votari-
 am contra, inclusive o seu nome sendo citado, disse que era
 um homem de luta, de formação sindical e que aplaudia a to-
 dos que reivindicavam justiça. Adiante protestou de maneira
 veemente pelas críticas dirigidas por Vereadores da oposição, que
 de maneira maldosa afirmava que o reajuste salarial alcança-
 va apenas vinte e cinco por cento e que tais Vereadores, de ma-
 neira contumaz tentavam distorcer a verdade e tirar os méri-
 tos das obras desmoldadas pelo Executivo, lembrando ainda que
 o funcionalismo federal havia recebido apenas vinte e cinco por
 cento como reajuste de salários, reafirmando a determinação do
 Prefeito em resgatar um salário justo para o funcionalismo
 do Município, registando que a oposição isquecia que o Município
 como instituição sofria com uma política tributária injusta e
 onerosa sobre todos os aspectos, com prejuízos diretos para as ad-
 ministrações municipais. Encerrou sua fala, dizendo que realmen-
 te utilizara seus quinze minutos com assuntos de relevância e
 de interesse da coletividade ao contrário dos Vereadores de oposição
 que como sempre se preocupavam apenas com "politicagem".
 A seguir fez uso da tribuna o Vereador Mauro José de Aguiar
 em sua fala, comentando sobre Mensagem do Executivo a
 ser apreciada naquela reunião, propendo ao reajuste salarial para
 o funcionalismo na ordem de cinquenta por cento, disse que
 por simples cálculo matemático se chegaria a conclusão de que o
 reajuste era de apenas metade do proposto, mas que mesmo assim
 não deixaria de votar favoravelmente, por que iria cobrar do Pre-
 feto envio de outra mensagem em março resgatando para um
 piso mais justo e realista os salários dos funcionários da Municipi-
 dade. Adiante dirigiu críticas ao Senhor Prefeito pelos investimen-
 tos de custo elevado no futebol profissional, afirmando ainda que
 mesmo sendo do PMDB era seu dever como Vereador criticar a ad-
 ministração quando necessário, sendo que o elogio era consequência.

dos autos do Senhor Prefeito. Comentando sobre o ofício enviado pelo Gabinete do Executivo a ASPM, informando que a Mensagem possivelmente não seria apreciada por falta de "quorum", disse ter certeza de que o ofício visava incompatibilizar os Vereadores com os funcionários e que tal gesto era de responsabilidade do Senhor Prefeito, o que lamentava, encerrando a seguir sua fala. Logo após ocupou a tribuna o Vereador Aristarco Acioli de Oliveira iniciando sua fala, manifestou seu repúdio ao que classificou de manobras tendenciosas que visavam embebeçar a Casa e colocar os Vereadores em conflito com os funcionários Municipais, afirmando que em tempo algum a Câmara iria fugir aos seus compromissos e mendigar de honrar as tradições políticas da terra cabofriense. Afirmou que gostaria de saber também qual a origem dos boatos segundo os quais os Vereadores não estariam dispostos a apreciar Mensagem do Prefeito concedendo reajuste salarial aos funcionários. Prosseguiu, disse que a conversão no reajuste dos funcionários fora fruto de entendimento entre a classe e o Prefeito Municipal, e que embora considerando que o índice não fosse o ideal, cabia a Câmara aprovar a matéria e aguardar que a Reforma Tributária ou os "royalties" do petróleo propiciassem em dias próximos um reajuste dentro da realidade da economia brasileira. Adiante lamentou que o seu nome estivesse sendo criticado e até mesmo culpado por obras inconclusas em Cabo Frio, afirmando que a sua participação se cingia em dar o Projeto, pois era arquiteto, e procurar recursos, qui como Vereador ou membro do Conselho Pleno de Cabo Frio. Lamentou também que o jornal "Cabofriense" tivesse afirmado que iria mudar de partido, sob a alegação de que o PMDB teria muitos candidatos nas próximas eleições, afirmando que fe- lig era a agremiação política que podia tantas opções, e que de forma alguma pensava em sair do PMDB. Protestou a seguir pelo procedimento de algumas pessoas, que tentando aparecer como candidatos a Vereador procuravam embebeçar e atingir a honorabilidade dos componentes da Casa de leis do Município.

41

através de boatos e notícias tendenciosas, lamentando tam-
bém que os órgãos de imprensa com circulação no Município
sistematicamente omitissem as realizações da Câmara Munici-
pal em sua atividade como Poder legislativo do Município, con-
cluindo, que a falta de maturidade de alguns jornalistas e di-
rigentes de jornais propiciassem a distorção dos fatos e das circuns-
tâncias. Quando sobre a imprensa cabofruense, disse que a mesma
era omissa quanto a assuntos de real interesse para a comu-
nidade, preferindo quase sempre, divulgar de maneira a criar es-
cândalo a retirada de areias das dunas, o fechamento de "mar-
neis", loteamentos invadindo praias, mas que tal imprensa,
não divulgava os problemas da zona rural, como o fechamento
da Estrada do Elias no Araçá, em prejuízo de centenas de famí-
lias impedidas de livre acesso aos seus latices por força de procedimen-
tos pouco recomendáveis, esquecia a imprensa de solicitar pro-
vidências para a erradicação da praga da bagarta que assolava
plantações de Campos Novos, afirmando que tais jornalistas não se
preocupavam com tais notícias porque alguns antunes pagavam
a tiragem dos jornais, pagavam para a colocação de alguns
"bonecos" que postulavam funções ulteriores e mais, que o termo
"boneco" era usado porque se tentava criar um quadro favorável
para que tais criaturas cada vez mais dirigissem verbas para tais
publicações. Disse também ser bem possível que a imprensa noti-
ciasse de maneira diferente o que ocorria naquela reunião, que
talvez noticiassem dizendo que os Vereadores estavam presentes por
pressão dos funcionários da Prefeitura, o que não era verdade. Ad-
iante, disse que fazia algumas restituições no Executivo que tendo dis-
cutido o problema salarial com os funcionários durante algum tempo
enviava a Mensagem para ser analisada e votada de forma ime-
diata, com o que não podia concordar, e mais, que se a Men-
sagem pudesse ter sido analisada previamente pela Câmara, tal
vez resultasse em benefícios para o próprio servidor. Elogiou ja-
rquir a atuação do Presidente Acyr Silva da Rocha que além do
procedimento de praxe, entrou em contato pessoal com cada Vere-
ador, objetivando o comparecimento de todos a aquela reunião, e que

se não houvesse tal atitude por parte da Presidência, a Mensagem só seria apreciada em outra data, ultrapassando assim o prazo para pagamento dos funcionários. Disse que tais fatos deviam ser levados em consideração pelos funcionários pois demonstravam de maneira cabal a autonomia e autoridade para garantir atitudes assumidas, reiterando seus cumprimentos a Presidência da Casa pelo comportamento, encerrando a seguinte fala. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente transportou os trabalhos a "Ordem do Dia". Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Requerimento nº 003/87 de autoria do Vereador Alcimedes Ferreira de Souza e outros, dispõe sobre pedido de urgência e discussão única para o Projeto de lei nº 03/87 oriundo da Mensagem Executiva nº 03/87, Requerimento nº 004/87 de autoria da Mesa Executiva, que dispõe sobre pedido de urgência e discussão única para o Projeto de Resolução nº 001/87, Projeto de lei nº 03/87 contendo Mensagem Executiva nº 002/87 que dispõe sobre os vencimentos e números de vagas dos cargos e funções da Prefeitura Municipal de Lago Fuso e Projeto de Resolução nº 004/87 de autoria da Mesa Executiva, que dispõe sobre os vencimentos e números de vagas dos cargos e funções da Câmara Municipal de Lago Fuso. Colocados em votação foram aprovados os Requerimentos: Requerimento nº 03/87 de autoria do Vereador Alcimedes Ferreira de Souza e outros e Requerimento nº 04/87 de autoria da Mesa Executiva. Foram encaminhados as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças, Orçamento e Administração e de Redação Final, para emitir parecer conjunto aos seguintes Projetos: Projeto de lei nº 03/87 contendo Mensagem Executiva nº 03/87 e Projeto de Resolução nº 01/87 de autoria da Mesa Executiva. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de Deus, marcando uma outra para dentro de cinco minutos. E para constar mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a Approvação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Assinatura
Assinatura